

A PRESENÇA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NOS MUNICÍPIOS DE TAIÓ E RIO DO CAMPO/SC

Kin Marx Longen¹

MaironEdegarBrandes²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo fazer um resgate histórico sobre a luta dos trabalhadores pelo direito a terra. O trabalho abordará o contexto da concentração de terra nas mãos de pessoas poderosas geralmente ligadas ao Estado brasileiro, onde além de usufruírem de vários privilégios, adotavam técnicas criminosas e violentas para obterem ainda mais terras, gerando conseqüentemente grandes desigualdades sociais. Desde o período colonial onde até o século XIX, para formar as grandes fazendas, desenvolveu a grilagem da terra, método que consistia em falsificar documentos para a apropriação das terras, seguidas de ondas de violência e assassinato. Durante a ditadura militar, o intervencionismo do Estado com o objetivo de vigilância dos trabalhadores criou o Estatuto da Terra, que objetivava a solução da questão agrária no Brasil, porém, tal medida concentraria ainda mais terras nas mãos de coronéis. Posteriormente nos governos democráticos, que prometeram fazer a reforma agrária de uma vez por todas, identifica-se que além de não solucionar a questão agrária, as políticas públicas desses governos irão proporcionar ainda investimento em grandes latifúndios, seja através de incentivos fiscais ou por criminalização dos movimentos sociais. Vamos abordar a luta e organização dos camponeses desde as Ligas Camponesas à criação do MST, e o papel do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra em Santa Catarina com a ocupação da fazenda Burro Branco. O artigo irá tratar ainda sobre a presença do MST no Alto Vale do Itajaí, principalmente nos municípios de Taió e Rio do Campo. Descrevendo a situação e dificuldades que os assentamentos desde a sua chegada e sua luta pela democratização do acesso à terra. O artigo buscou com pesquisa bibliográfica e pelos meios de imprensa local, observou que os trabalhadores são vítimas de muito preconceito por serem sem-terra.

Palavras-chave: Reforma agrária; Democracia; Desenvolvimento.

¹ Especialista em Desenvolvimento Regional Sustentável. Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI). kin.vermelho@gmail.com.

² Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau. maironedegar@hotmail.com

ABSTRACT

This article aims to make a historical rescue about the struggle of workers for the right to land. The work will approach the context of land concentration in the hands of powerful people generally linked to the Brazilian State, where besides enjoying many privileges, they adopted criminal and violent techniques to obtain even more land, generating great social inequalities. From the Colonial Period until the nineteenth century, to form the great farms, developed land grabbing, a method that consisted in forging documents for the appropriation of land, followed by waves of violence and murder. During the military dictatorship, state intervention for the purpose of surveillance of workers was created Land Statute, which aimed to solve the Agrarian question in Brazil, but this measure will concentrate even more land in the hands of Colonels. Later in the democratic government, which promised to make Agrarian Reform once and for all, it is identified that besides not solving the Agrarian question, the public policies of these governments will also provide investment in large latifundium, either through tax incentives or by criminalization of social movements. We will approach the struggle and organization of peasants from the Peasant Leagues to the creation of the MST and the role of the Landless Workers' Movement in Santa Catarina with the occupation of the Burro Branco farm. This article will also deal with the presence of the MST in Alto Vale do Itajaí, mainly in Taió and Rio do Campo. Describing the situation and difficulties that the settlements since their arrival and their struggle for the democratization of access to land. This article searched with bibliographical research and the local press, observed that workers are victims of much prejudice because they are landless.

Keywords: Agrarian reform; Democracy; Development.

1 INTRODUÇÃO

A questão da reforma agrária no Brasil é uma consequente discussão em torno do direito pela luta da terra daqueles menos favorecidos, que enfrentam severa discordância com os mais abastados. Os trabalhadores lidam com o preconceito da sociedade e ainda a burocracia estatal que impede tais conquistas. Pode-se observar e compreender que a questão da reforma agrária no Brasil ainda está longe de ser resolvida.

É notório que no Brasil o latifúndio é algo muito presente ainda nos dias atuais. Muito pior foi a situação ao longo da história. Seja ela pós-libertação dos escravos e posterior vinda dos imigrantes europeus a trabalhar em seu lugar. Esse é um problema que até hoje não foi resolvido e parece que ainda vai demorar muito para acontecer. Como destacado por Fritze (2017, p. 1) “as pesquisas mostram que os terrenos com maiores proporções, os com mais de 1.000 hectares, ocupavam cerca de 43% do total de áreas agropecuárias revela que os terrenos com menos de 10 hectares ocupavam apenas 2,7% do total da área rural.”

Quando se fala sobre reforma agrária, devemos entender que reforma agrária e os sem-terra é uma consequência de fator histórico muito importante e que definiu a história no Brasil, estamos falando dos latifúndios. Embora as concentrações de terras no Brasil se deram desde a sua colonização, foi a partir da segunda metade do século XIX, como forma de avanço e consolidação do sistema capitalista criou-se a “propriedade da terra” e as relações de trabalho sofreram transformações, como afirma Fernandes (1999, p.2).

Quando escravos, os trabalhadores eram vendidos como mercadorias e como produtores de mercadorias. Como trabalhadores livres, vendiam sua força de trabalho ao ex-escravocrata, então fazendeiro - capitalista. Permanecera a separação entre os trabalhadores e os meios de produção. Com a constituição da propriedade da terra mais de trinta anos antes do fim dos sistemas escravocrata, a terra tornara-se cativa. De modo que os escravos tornaram-se livres e sem-terra.

Ainda como forma de compreender o que é latifúndio, devemos observar como foi o processo que deu origem a concentração de terras de formailícita:

Para a formação das fazendas desenvolveu-se um processo de grilagem de terras. As terras devolutas foram apropriadas por meio de falsificação de documentos, subornos dos responsáveis pela regularização fundiária e assassinatos de trabalhadores. Assim, os grileiros – verdadeiramente traficantes de terra – formaram os latifúndios. Os camponeses trabalhavam na derrubada da mata, plantavam nessas terras até a formação das fazendas, depois eram

expropriados. Aos que resistiram na terra, o poder do coronel era explicitado pela perseguição e morte. Dessa forma, os camponeses sem-terra formavam fazendas que eram apropriadas pelos coronéis (FERNANDES, 1999, p.2).

Nesse contexto de latifúndio dominado por grileiros encontramos terras indígenas e de camponeses imigrantes, a formação do latifúndio se deu através de muita luta (desigual) e morte. Gerando um genocídio e massacre que marcariam os territórios que constituiriam os grandes latifúndios.

No início da segunda metade do século XX, mobilizações intensas de trabalhadores rurais colocaram a questão agrária em destaque para agenda política. Na região nordeste surgiu as Ligas camponesas, que então se iniciou nessa região e posteriormente cresceu por todo o país conforme destacado por Fritze (2017, p. 3).

Os trabalhadores ligados a Liga Camponesa, resistiram à expulsão da terra e ao assalariamento, contavam com o apoio do PCB (Partido Comunista Brasileiro), posteriormente colocado na ilegalidade. As Ligas perderam força e foram severamente reprimidas por forças governamentais e jagunços a mando dos coronéis. Em 1954, as ligas se organizam novamente, principalmente no nordeste. Em 1962, as ligas promovem vários encontros, com a finalidade de criar uma consciência nacional sobre a luta pela terra e pela reforma agrária. No ano de 1964, o Brasil sofre um golpe de estado que o levará a vinte e um anos de ditadura militar. (FERNANDES, 1998, p. 2).

Em janeiro de 1984 na cidade de Cascavel/Paraná, foi fundado o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que tinha como objetivo na época três principais: a luta pela terra, a luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil. Hoje o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra está presente em 24 estados no Brasil, em todas as suas regiões, segundo Caldart (1999, p. 207).

Para entendermos melhor o que é Reforma Agrária observamos:

A Reforma Agrária constitui-se, em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território. Este conjunto de atos de governo deriva de ações coordenadas, resultantes de um programam mais ou menos elaborados e que geralmente exprime um conjunto de decisões governamentais ou a doutrina de um texto legal (OLIVEIRA, 2007, p.68 apud MELO, 2017, p. 144),

Para poder ser realizada a reforma agrária é necessário identificar as propriedades que se encaixam em alguns quesitos. Segundo o Instituto Nacional de

Colonização e Reforma Agrária (INCRA), é considerado improdutivo o imóvel agricultável que se encontra total ou parcialmente inexplorável por seu proprietário ou ocupante. Com esta condição, torna-se passível por interesse social para fins de reforma agrária, a sua desapropriação.

É fato que os governos brasileiros ao longo dos tempos não tocaram profundamente na questão da reforma agrária. Coube aos movimentos sociais fazerem tal frente diante desses direitos. O Partido dos Trabalhadores (PT), em toda sua história tinha como umas principais bandeiras a reforma agrária, como exemplifica Fritze (2017, p.5). É nítido que a reforma agrária de verdade está longe de ser conquistada.

É necessário compreender a situação que estão expostos esses trabalhadores para que se estude, observe e aponte quais são as políticas públicas que estão funcionando e as que não estão, e quais devem ser desenvolvidas afim de sanar ou no mínimo reduzir de forma drástica esse problema, diminuindo assim a pobreza, desigualdade social e desenvolvendo economicamente e socialmente, seja em âmbito regional ou na esfera nacional.

O objetivo desse trabalho é contextualizar a luta dos trabalhadores pela terra no processo de democratização no Brasil e descrever as experiências catarinenses, as condições em que os assentados e acampados estão submetidos pelo poder público.

O presente artigo será dividido em três partes. De início irá fazer uma breve análise sobre o contexto histórico da concentração das terras consequência dos latifúndios. Em seguida, o artigo propõe visualizar de forma rápida e concisa a luta pela reforma agrária no Brasil nos anos que antecederam o regime militar, que aconteceu de 1964 e foi até o período de 1985. E pretende explanar rapidamente sobre os números atingidos no período de governo de Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva.

Na sua segunda parte, o artigo relatará sobre a formação e história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Santa Catarina, fazendo sempre algumas relações com o passado brasileiro e a história da população rural do Brasil.

Na terceira e última parte, o artigo tem como propósito descrever as condições e dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores pertencentes ao assentamento Miguel Fortes da Silva, localizado no município de Taió, e do acampamento Marielle Franco localizado no município vizinho, Rio do Campo, na localidade de Serra do Mirador.

2 CONEXTO HISTÓRICO DO LATIFÚNDIO NO BRASIL E A HERANÇA SOBRE O MODELO DE DESENVOLVIMENTO

Analisando historicamente a distribuição das terras no território brasileiro, pode-se perceber que a distribuição, se deu de maneira que caracterizava processos que levariam a profunda desigualdade, promovendo o início dos latifúndios caracterizado por Berri (2011, p. 6) afirma esse processo:

O problema fundiário no Brasil segundo Inera tem início em 1530 com a distribuição de terras pela Coroa Portuguesa na formação das capitâneas hereditárias e do sistema de sesmarias que formaram os primeiros latifúndios no país. Em 1822, com a independência do Brasil a situação agravou-se, pois, a distribuição de terra passou a obedecer à lei do mais forte. Na época os confrontos passaram a ser realizados pela disputa de terra. Na época os confrontos davam-se entre proprietários e grileiros apoiados por bandos armados, já que aos trabalhadores eram na sua maioria escravos e quase não existiam agricultores. (BERRI, 2011, P. 6)

Posteriormente, mesmo o estado brasileiro trabalhando diretamente na questão das terras, pouca coisa mudou, a concentração de terras continuou e quem se favoreceu dessas medidas, foram sempre às mesmas classes de proprietários que faziam parte do destaque político. No âmbito da história do Brasil, pode-se observar que as políticas sempre foram feitas para que não precisasse delas. Medidas que:

[...] mesmo após a libertação dos escravos, em 1888, e a instauração da República, pouca coisa mudou em relação à distribuição de terras, pois, quem estava no poder político eram os latifundiários conhecidos como os temidos coronéis. (BERRI, 2011, P. 6)

Associado da questão agrária e de latifúndio identifica-se que a história do poder judiciário do Brasil, por volta do período pós-independência, mostram que ações judiciárias e policiais ficavam muitas vezes a cargo dos próprios fazendeiros e membros da sociedade que tomavam decisões afim de atender seus próprios interesses, como afirma:

Subindo mais na pirâmide, encontramos, a princípio, os donatários, com ‘toda a jurisdição no cível e no crime’, em certos caos conjuntamente com o ouvidor, e mais tarde, os capitães-mores ou governadores das capitâneas subalternas, os capitães-gerais ou governadores das capitâneas principais e o governador-geral, depois denominado vice-rei. Todos exerciam funções de natureza judiciária, variando embora suas atribuições, frequentemente em razão das personalidades nomeadas para os cargos. [...] diversos outros órgãos, como, por exemplo, **os fazendeiros** e os incumbidos do controle da exploração do ouro e

de diamantes, também **exerciam funções propriamente jurisdicionais**, descrever toda a administração colonial. (LEAL,1997, p. 214, 215 grifo nosso).

Observa-se que o poder público sempre manteve uma distância muito grande em resolver a questão agrária, isso aconteceu no passado e acontece até hoje, “[...]. No caso do Brasil, a estrutura agrária manteve intacto certos traços herdados do regime colonial, como, por exemplo, o latifúndio.” (SANDRONI, 2006, p. 715 apud BERRI 2011, p. 6).

Ainda assim, é inegável que o latifúndio apresenta grande poder político, um fator muito importante e que demonstra bem isso, é o fato do latifúndio ser a base da produção voltada para a exportação, fundamental para a estabilidade da economia dependente brasileira.

3. A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS E A QUESTÃO AGRÁRIA NO REGIME MILITAR E NA REDEMOCRATIZAÇÃO

A partir da segunda metade do século XX, como já vimos, ocorreu o surgimento das Ligas Camponesas, com o objetivo de lutar pelo direito a terra. “Os camponeses sempre se enfrentaram o latifúndio e se opuseram ao Estado representante da classe dominante” (FERNANDES, 1999, p.2).

As Ligas Camponesas cresceram muito no nordeste brasileiro. Faziam oposição a dominação política e econômica a qual eram submetidos:

Contestavam elas a dominação política e econômica a que as populações rurais estavam secularmente submetidas. Em algumas localidades, ocorreram conflitos armados entre camponeses proprietários de terras; lideranças camponesas eram perseguidas e assassinadas a mando dos latifundiários, alarmados com a politização das massas rurais. (TOLEDO, 2004, p. 21).

Os camponeses se organizaram em todo o país com o apoio do PCB e posteriormente com o apoio da Igreja Católica entre outras instituições. Em 1954, em Pernambuco o PCB cria a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas). Nesse sentido de organização, o partido pretendia realizar uma aliança, entre os operários e camponeses. A “ação das ligas, era definida na luta pela reforma agrária radical, para acabar com o monopólio de classe sobre a terra” (FERNANDES, 1999, p.4). Além de resistir, os camponeses também passaram a ocupar as terras.

Além dessa organização, Fernandes (1999, p.4) descreve:

O crescimento da luta pela terra dimensionava a questão agrária, colocando a reforma agrária na pauta política. Esse avanço foi acompanhado por disputas pela sua representação. A ULTAB era controlada pelo Partido Comunista. A Igreja Católica estava dividida em dois setores: o conservador e o progressista. O primeiro, no Rio grande do Norte, criou o Serviço de Assistência Rural. Em Pernambuco criou o Serviço de Orientação Rural e no Rio Grande do Sul a Frente Agrária Gaúcha. O segundo setor da ação católica era liberado pela Confederação dos Bispos do Brasil – CNBB, e formou o Movimento de Educação de Base, que trabalhava com a alfabetização e com a formação política dos camponeses.

No final da década de 1950, o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem-Terra), criado no Rio Grande do Sul com o apoio do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) do então governador Leonel Brizola. A partir de 1962, os “sem-terra começaram a organização de acampamentos e territorializaram a luta por todo o Estado.” (FERNANDES, 1999, p.4).

A partir da década de 1960, a mobilização de trabalhadores na atividade rural brasileira ganhou maior destaque, como mostra Houtzager (2004, p. 41) sobre o movimento dos trabalhadores: [...] “a intensa mobilização de trabalhadores rurais assalariados e pequenos produtores colocou a questão agrária no topo da agenda política brasileira”.

Em 1964 o governo brasileiro sofreu um golpe de estado. Levado pelo clima da Guerra Fria, forças reacionárias que já vinham minando o governo desde o “atrapalhado” governo de Jânio Quadros. Logo após a renúncia de Jânio, uma tentativa de golpe, já que o congresso lhe fazia oposição, o vice-presidente João Goulart (que se encontrava na China comunista) deveria assumir e tomar posse como novo presidente (TOLEDO, 2004). Na volta ao Brasil, João Goulart (Jango como era chamado) é impedido de assumir a presidência por militares reacionários. Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, promove a Campanha da Legalidade. Se desenrola uma longa e grave crise e que só seria contornada com a implementação do parlamentarismo no Brasil em 1961.

Apenas em 1963, João Goulart vence um plebiscito ao qual o modelo político brasileiro volta a ser o presidencialismo. Em uma tentativa de conter a crise que o Brasil vivia, Jango, põe em prática seu Plano Trienal. O plano elaborado por Celso Furtado “[...] procurava compatibilizar o combate ao surto inflacionário com uma política de desenvolvimento que permitisse ao país retomar taxas de crescimento semelhantes às do final dos anos 50.” (TOLEDO, 2004, p.16).

Mas o Plano Trienal não surtiu o efeito esperado e antes mesmo da conclusão do primeiro semestre de 1963, João Goulart passou a defender enfaticamente as Reformas de Base, que consistia em mudanças: administrativa; modificação da estrutura do estado, para atender as necessidades a realidade do país. No setor bancário, pretendia criar um sistema financeiro que se comprometesse com as prioridades do Estado brasileiro. No campo eleitoral, a reforma visava a concessão de voto aos analfabetos (metade da população brasileira) e aos militares. No campo econômico, uma reforma cambial e controle de investimento estrangeiro e da remessa de capital ao exterior, seguindo de um incentivo às exportações. Na área da educação e ensino superior, as reformas tinham o objetivo pesquisas direcionadas as necessidades sociais e ampliação e democratização do ensino. Na área Urbana, desapropriações de lotes. Fiscal, tributação na arrecadação de impostos, combate à sonegação. E na questão agrária, criação de pequenos assentamentos em áreas improdutivas. (MOREIRA, 2011, p.2610).

Sobre os motivos de João Goulart ser deposto por um golpe de estado, alguns motivos que o levaram a acontecer, Delgado (2009, p.135) afirma:

Caio Navarro de Toledo, historiador pioneiro dos estudos sobre o golpe de 1964, enfatiza que: - a instituição de um regime autoritário no Brasil em 1964 foi decorrente de fatores conjunturais, como crise na economia, ampla mobilização política das massas populares, fortalecimento dos movimentos operário e camponês, crise do sistema partidário e inédita luta de classes decorrente da defesa de projetos dissonantes para o Brasil; - o Governo João Goulart nasceu sob o signo do golpe e não conseguiu, apesar de seus esforços, angariar qualquer apoio das classes dominantes. Por outro lado, sofreu crescente pressão dos movimentos populares que reivindicavam maior agilidade na adoção das reformas de base. Diante do impasse, em um contexto de forte tensão, acabou por romper os limites do pacto populista e decidiu implementar as reformas reivindicadas pelos trabalhadores. A expressão maior dessa orientação política, adotada após tentativas de construção do consenso, foi o anúncio de medidas reformistas no Comício de 13 de março de 1964.

Em março de 1964, as forças armadas depõem Jango e se dá início a mais de vinte anos de ditadura militar.(TOLEDO, 2004).

Já sobre tutela dos militares o estado brasileiro fez grande esforço para assegurar o controle da terra, tendo o controle da terra, logo, também poderia ter maior vigilância sobre os sindicatos rurais e centralizar o controle sobre a regularidade da terra. De acordo com Houtzager (2004, p. 64) era necessário:

[...] regulamentar contratos de posse de terra e títulos de terras significava, portanto, exercitar igualmente o controle sobre muitos sindicatos rurais. Assegurar o controle do Estado sobre a terra era crucial para o projeto agrário, não somente para racionalizar a posse de terra, o que a agricultura moderna exigia[...].

Entre 1945 e 1964, existia um “conflito” sobre quem iria distribuir e intitular as terras públicas, onde os governos estaduais, que eram comandados por oligárquicas regionais detinham poder sobre essas terras, mesmo estas estando sobre domínio federal (HOUTZAGER, 2004).

Em 1964, foi criado o Estatuto da Terra, que tinha o objetivo de mudar a questão da autoridade legal e política dos estados e passar para o domínio federal as questões de terras, fato que decorreu com o Decreto-Lei 1164. Ato este, que determinava que o governo federal detinha em seu poder cerca de cem quilômetros de terras de cada lado das rodovias federais, incluindo as que estavam em planejamentos. Retirar dos estados as terras e transferir a responsabilidade das mesmas para o governo federal, não, eram algo muito complicado, porém, o fato de resolver as pendências e dar as devidas regularizações dessas terras, era algo muito mais complicado. Apenas em 1971, o governo federal conseguiu criar um órgão estatal burocrático com o objetivo de sanar esses problemas, o INCRA (Instituto de Nacional de colonização e Reforma Agrária). (HOUTZAGER, 2004).

Coube ao INCRA ficar responsável por uma série de atribuições, como, por exemplo, resolver pendências territoriais e emissão de títulos de terra. Ao INCRA ainda cabia a cobrança do imposto da terra, onde antes cabia aos estados fazê-los. Sendo uma tarefa difícil, o INCRA muitas vezes era culpado de incompetência e corrupção. (HOUTZAGER, 2004).

Entre os anos de 1964 e 1985, o estado brasileiro sobre a tutela dos militares desenvolveu uma política extremamente intervencionista nas ações do campo, na tentativa de promover uma integridade nacional. Esse novo modelo de intervencionismo estatal trouxe novas mudanças, criando movimentos que tinham relações com o campo e trabalhando para que o Estado estivesse cada vez mais presente levando serviços e fortalecendo as instituições responsáveis pela vida do homem rural (HOUTZAGER, 2004).

Segundo Houtzager (2004, p. 91) enquanto “[...] o estado desenvolvimentista havia sido firmemente implantado nas áreas urbanas nos anos 1930 e 1940, na zona rural, o padrão tradicional de dominação oligárquica havia permanecido em pé até o golpe”.

Analisando o quadro político em relação à reforma agrária pode-se observar que, o estado militar que estava em vigor no Brasil tinha como objetivo interferir de maneira profunda, como foi vista. Pode também observar que este não era uma tarefa nada fácil. Analisando os fatos, Houtzager (2004, p. 93) expõe o trabalho a ser feito:

A regulamentação da terra e das relações trabalhistas rurais, bem como as políticas agrícolas, residia nas mãos das oligarquias regionais abrigadas pelo governo de nível estadual. A legislação trabalhista rural existente, a qual reconheceu sindicatos e estabeleceu um salário mínimo, não era cumprida. Em vez disso, as relações sociais rurais eram reguladas por arranjos de posse de terra. A previdência social e a assistência médica pública, cujo acesso os trabalhadores urbanos haviam ganho nos anos 1930, tampouco alcançavam a zona rural.

Pode-se concluir a realidade em que a vida no campo mostra, e o problema que colossal existente, caso se tenha determinação em saná-lo.

3.1. A QUESTÃO AGRÁRIA DURANTE A DITADURA MILITAR

Como já vimos, o regime militar brasileiro manteve um intervencionismo estatal muito grande na área rural. Após o golpe de 1964, houve uma aliança entre os militares e setores do comércio exterior que propunha a uma grande mudança do modelo de desenvolvimento. (HOUTZAGER, 2004).

O objetivo do regime militar nos seus primeiros anos era, principalmente o controle da inflação. Posterior a 1968, houve uma política de desenvolvimento agrário que pretendia levar o Brasil a uma posição de destaque mundial. Caracterizado pelo objetivo:

A preocupação da elite estatal era o desenvolvimento de uma agroindústria orientada para a exportação, competitiva e diversificada, que pudesse ajudar a redefinir a inserção do Brasil na economia internacional e abastecer um novo ciclo de crescimento econômico [...] A provisão de crédito amplo e altamente subsidiado, a federalização e expansão de serviços de extensão e pesquisa agrícola e o investimento em infraestrutura física, tal como rodovias, tudo isso subscreveu a modernização da agricultura.

O governo militar em sua campanha de intervenção nos assuntos rurais estabeleceu relativos sucessos em centralizar a autoridade longe dos oligarcas estaduais. Os militares estimularam os trabalhadores a se sindicalizar, ato que também mantinha os militares atentos as organizações exteriores, como os movimentos pró-esquerda. (HOUTZAGER, 2004). Essa foi uma maneira segura de mostrar trabalho no setor rural e manter os “olhares” atentos em movimentos contrários ao regime militar.

Posteriormente o governo militar estabeleceu uma série de reformas com a finalidade de promover bem-estar entre os trabalhadores rurais. O estabelecimento de

previdência social aos trabalhadores, lei que foi aprovada em 1963, mas que ainda não havia sido implantada. Outros serviços subsidiados pelo Estado como, por exemplo, subsídio em gastos funerários e serviços de saúde além de um salário social, que não era muito, chegava a metade de um salário mínimo, mas que em vista de não receber nada já era começo (HOUTZAGER, 2004).

Analisando dessa forma, parece que o regime militar brasileiro estava sanando de forma quase que integral os problemas do campo. Mas o fato do governo militar brasileiro ter implantado medidas de relativo sucesso no campo, não quer dizer que o problema estava perto de ser resolvido ou que ainda, fosse um governo de intenções e exclusiva dedicação popular, como se pode observar:

Não estamos dizendo com isso que a política agrária do governo federal estava voltada prioritariamente a favor dos mais pobres e pequenos produtores. As políticas de desenvolvimento agrário desse governo favoreceram, sem dúvida, muito mais as grandes agroindústrias com incentivos fiscais e créditos, que a camada de trabalhadores da sociedade brasileira. Todavia, não é nossa pretensão analisar essa política apenas do ponto de vista da dominação autoritária do Estado e o privilégios dados às elites. Mesmo em um governo ditador, as ‘concessões’ às classes menos abastadas podem ter sido usadas como estratégias para obtenção de apoio popular. Essas ‘concessões’ deveriam parecer uma ‘dádiva’ do governo ao seu povo. (MELO, 2011, p. 11).

Em meio a algumas políticas de relativo sucesso, é notório que o Estado brasileiro em sua história não fez de fato justiça com as populações mais pobres ou os injustiçados. É fácil compreender que o Estado está sempre mais disposto a ajudar os mais abastados do que os miseráveis. Pode-se perceber pelas políticas de isenções fiscais e de incentivo à indústria quais são os grupos sociais que tem maior atenção e investimentos.

Diante das abstenções dos governos militares para com a questão agrária, ao longo dos anos, as lutas pela reforma agrária e conquista da terra é fundado em 1984, o MST na cidade de Cascavel no Paraná.

Nasceu da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 70, especialmente na região Centro-Sul do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná (CALDART, 2001, p.207).

O MST se tornou a principal organização em luta pela terra, estando presente em todos os estados do Brasil. O MST desempenhou uma campanha para conquista da

terra, onde a grande maioria das famílias que lutam pela reforma agrária, pertence ao MST.

Em Santa Catarina o marco histórico do MST, foi à ocupação da fazenda Burro Branco no município de Campo Êre, no oeste do estado.

3.2 A QUESTÃO AGRÁRIA DURANTE A REDEMOCRATIZAÇÃO

3.2.1 A questão agrária nos governos Collor e Itamar Franco

Após vinte e um anos de Regime Militar, e de cinco presidentes gerais, os “ventos” da democracia começam a soprar novamente no Brasil. José Sarney assume a presidência da República após a morte do então presidente eleito de maneira indireta, Tancredo Neves, em 1985. (GASPARI, 2016).

No ano de 1988, o Congresso brasileiro vota uma nova Constituição, a Constituição Cidadã. A nova Constituição definia Reforma Agrária da seguinte maneira:

A constituição de 1988 ainda ressalta o caráter social que deve cumprir a propriedade:

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusulas de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

E para entendermos melhor, vejamos o que a Constituição define como função social de uma propriedade:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente, segundo critérios e graus de exigências estabelecidas em lei, os seguintes requisitos:

I – aproveitamento racional e adequado;

II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

No início dos anos 90 Fernando Collor assumiu a Presidência da República pelo voto direto, vencendo o então operário Luiz Inácio Lula da Silva, depois de duas décadas de Regime Militar.

Durante o governo Collor, o objetivo da sua reforma agrária entre os anos de 1990 e 1994, era o assentamento de cerca de 500 mil famílias. Cerca de 35% da meta estabelecida pelo presidente anterior José Sarney. Em 1992, o presidente Collor sofre um processo de impeachment e é sucedido pelo seu vice, Itamar Franco. Em meio às mudanças, de vários ministros do período Collor foram sendo substituídos levando a reforma agrária a um patamar de segundo plano, ficando sem atenção especial, provocando uma lentidão nos processos de mesma. Podemos observar que “no total o governo Itamar e Collor assentaram menos de 50 mil famílias, cerca de 40% a menos que os últimos anos da década de 80”. (OLIVEIRA, 1996, p. 104 apud BERRI, 2011, p. 7).

3.2.2. O governo e a questão da reforma agrária nos mandatos de FHC

Em primeiro de janeiro de 1995, assume a Presidência da República, Fernando Henrique Cardoso. FHC venceu as eleições ainda no primeiro turno contra o candidato também derrotado por Fernando Collor, Luiz Inácio Lula da Silva.

Conforme acima citado, observamos que os dados sobre reforma agrária não chegaram nem perto dos objetivos e expectativas dos governantes anteriores. O governo de FHC também apenas ficaria na expectativa, não chegando nem perto de suas promessas de campanha nos debates políticos na televisão, onde afirmava com veemência que iria fazer a reforma agrária.

Antes de iniciar a análise sobre a reforma agrária de FHC, faremos um relato de qual caráter ideológico se baseava seu governo, para melhor compreender questão agrária.

Já no início de seu governo, Fernando Henrique Cardoso propõe um governo de caráter neoliberal. Sua política vai resultar no aumento da dependência externa. Eliminação das restrições às importações, abertura para o capital estrangeiro, de grande parte de caráter especulativo, e aumento da dívida externa. Outras características do governo FHC são as privatizações. (ALENTEJANO, 2004, p. 3).

Poucas estatais estratégicas foram poupadas. A questão sobre as privatizações sobre o governo FHC vai ainda a um ponto de reflexão sobre o modo que estas empresas foram privatizadas. Essas privatizações ocorreram de maneira muito controversa, visto que em primeiro lugar: os valores foram muito abaixo dos preços que realmente as empresas valiam. Segundo: eram financiadas pelo BNDES - Banco

Nacional de Desenvolvimento Social. Ou seja, o Estado brasileiro que afirmava que não tinha dinheiro para fazer os devidos investimentos nas empresas estatais, estava emprestando dinheiro para empresas privadas comprarem empresas estatais, como afirma Alentejano (2004, p. 3):

[...] a privatização realizada à custa do Estado. Não bastasse entregar um enorme patrimônio construído a partir dos esforços públicos e financiado pelos impostos pagos pela população, o governo o faz de forma inacreditavelmente barata: aceita moedas podres, ou seja, títulos públicos cujo valor nominal (teórico) é muito maior que o real (efetivo); financia a compra das empresas privatizadas através do BNDES, com prazos e condições de pagamentos extremamente favoráveis, o que resulta em algo curioso, para não dizer revoltante, isto é: o governo que alegava não ter recursos para continuar mantendo e investindo nas empresas estatais, empresta, de forma subsidiada, dinheiro para as empresas privadas nacionais ou estrangeiras comprarem as empresas que eram do governo...”

O governo FHC ficou marcado também pelo alto índice de desemprego e aumento da desigualdade social. FHC abriu a economia, permitiu a entrada de produtos importados, inclusive no campo agrícola, provocando a falência e quebra de indústrias, pequenas e médias empresas, pequenos e médios agricultores. Em contrapartida, a lucratividade das grandes corporações e empresas aumentava a partir do aumento tecnológico e cassação de direitos trabalhistas. (ALENTEJANO, 2004, p. 3).

No campo da reforma agrária, o governo FHC, assentou 373.210 famílias em 3.505 assentamentos, segundo dados do INCRA. Nesses assentamentos estão não apenas os sem-terra, mas também outros grupos, como afirma Oliveira (2001, p. 201) entre os [...] assentamentos incluem-se as regularizações fundiárias (as posses), os remanescentes de quilombos, os assentamentos extrativistas, os projetos Casulo e Cédula Rural, e os projetos de reforma agrária”.

Esses números foram conseguidos através de muita luta dos grupos que lutam pela terra. Movimentos sociais fizeram muita pressão, aumentando as ocupações, pressionando o governo a aumentar os números de assentamentos. Porém, por outro lado, nos leva a perceber que o governo FHC não tinha como política pública a solução dos problemas agrários, como comprova Oliveira (2001, p. 201) “[...] Tal fato mostra que a Reforma Agrária, antes de ser uma política propositiva do governo é a necessidade de resposta à pressão social”.

Ainda se observa que em grande parte os números em relação a essas reformas, são números que requerem atenção para que não haja confusão. Na maioria, os assentamentos não eram áreas desapropriadas para o uso de reforma agrária, mas sim,

regularização fundiária, concessão de títulos das terras para posseiros, que ocupavam essas áreas há muito tempo. (ALENTEJANO, 2004, p. 5).

Observando os números, podem parecer expressivos em relação aos governos anteriores. Porém, quando quase nada se é feito, alguns números nos dão à ideia de que algo pequeno ou pouco, soa muito. Também é necessário observar, mesmo quando os processos de assentamentos eram efetivamente concluídos, outro fator de extrema importância para o alcance do sucesso do mesmo, é o apoio dado as famílias que estão assentadas. Sem esse apoio e fornecimento de estrutura, todo o processo está fadado ao fracasso. Alentejano (2014, p. 5) explica que:

[...] a ausência de apoio técnico e creditício, precariedade da estrutura de armazenamento e escoamento da produção, processos agravados pela abertura indiscriminada da economia (aumento de 700% nas importações agrícolas) e pelo desmonte do aparelho estatal de pesquisa e extensão, o que faz com que o número de famílias que perdeu terra supere as beneficiadas pelos assentamentos, mesmo que contabilizássemos todas estas como novas beneficiárias.

Fica claro e evidente que a forma que a política de FHC para com a reforma agrária e aos trabalhadores que necessitam do sucesso dessas políticas públicas, era fadado ao fracasso. As desapropriações não configuravam uma lógica atendendo as necessidades dos trabalhadores, mas aconteciam devido às pressões populares desses trabalhadores e dos movimentos sociais. Por exemplo: quando aconteciam manifestações e invasões que chamavam a atenção do governo, as ações eram feitas afim de resolver aquele problema local. Então, não havia uma linha lógica e racional, mas apenas a tentativa de sanar as próprias ações dos movimentos sociais. Outro fator, as condições desses acampamentos não eram acompanhadas pelo governo a fim de lograr êxito, como já vimos acima e ainda relacionando esses movimentos rurais com o mercado, que evidenciava a ação especulativa. Alentejano (2004, p. 6) explica que:

Não há uma reformulação da política agrícola que passe a privilegiar a pequena produção familiar, perpetuando-se, portando, as condições que produzem a concentração fundiária e reafirmando-se o modelo da grande produção, para onde convergem os recursos públicos de financiamento da agricultura. Como comprovação disso, vemos que, entre os Censos agropecuários de 1985 e 1996, a área cultivada diminuiu 8 milhões de hectares, a produção agrícola cresceu menos de 11% que a população aumentando a fome, o crédito caiu de R\$ 19 bilhões ao ano para R\$8 bilhões, a venda de tratores caiu de 37 mil para 17 mil ao ano. Por outro lado, o governo R\$ 45 bilhões para os usineiros, R\$ 2,5 bilhões para as grandes cooperativas, parcelou em 20 anos com 9% de juros/ano as dívidas de 3 mil grandes proprietários com o Banco do Brasil, num total de R\$ 4,5 bilhões e está investindo R\$ 20 bilhões em corredores de exportação de soja e outros grãos.

Comparando os investimentos nos diferentes setores, pode-se perceber como a questão da Reforma Agrária não apenas não era prioridade, como se mantinha uma política de “não querer” fazer quase nada nesse sentido. Para tentar mostrar ao país que a Reforma Agrária estava andando em passos largos no Brasil, o governo FHC, de primeira mão adotou algumas estratégias para convencer a população de seu compromisso com a questão agrária. Primeiro: campanha nacional na televisão falando dos números que sua Reforma Agrária estava alcançando, “assentava uma família a cada cinco minutos”. Se for analisar que havia 4,8 milhões de famílias sem-terra, seriam no mínimo necessários 48 anos para sanar a questão agrária no Brasil, mesmo não surgindo mais nenhum caso de famílias que necessitariam de terras. Segundo: o governo afirmava que era a maior reforma agrária já feita no Brasil, pois, havia desapropriado cerca de 16 milhões de hectares, número que pode parecer expressivo, porém, esse dado representa 14% das terras que se encontravam ociosas, e ainda o próprio INCRA afirmava que esse número era apenas 5% das terras que estavam nas mãos dos grandes latifundiários. E por último, o governo afirmava que os créditos rurais eram amplamente subsidiados. O que não era verdade, já que as taxas de juros para as famílias assentadas que eram 20% menor que o índice da inflação em 1995, subiu vertiginosamente para 260% acima da inflação em 1998. (ALENTEJANO, 2004, p. 5).

Apesar de todas as aparências e propagandas, o governo FHC enfrentava grandes pressões dos movimentos sociais, e percebeu que estava perdendo politicamente para esses movimentos. Principalmente o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que era o principal e mais atuante movimento social. Então, decidiu simplesmente por criminalizar os movimentos sociais, principalmente o MST. Oliveira (2001, p. 201). Dessa forma, a política de Reforma Agrária dos governos FHC vem passando por momentos históricos e estratégias diferenciadas. Enquanto a política do MST era a de colocar a nu a terra improdutiva e a grilagem de terra pelos latifundiários, a resposta foi a violência policial ou a criminalização das lideranças. São os casos de Pontal do Paranapanema, no estado de São Paulo, do massacre de Corumbiara, em Rondônia e Eldorado do Carajás, no Pará.

Outra prática adotada pelo governo FHC com a finalidade de prejudicar a luta pela terra, foi a alteração nas políticas e regras para se obter as terras e financiamento. A proibição de entidades ligadas às causas agrárias, caso fossem envolvidas em ocupações de bens públicos ou rural. Outra prática que o governo de FHC praticou a fim de minar os movimentos sociais em favor da terra, era a de adaptar medidas de proibição por dois

anos, podendo dobrar em caso de reincidência, em caso de invasões de latifúndios. (ALENTEJANO, 2004, p. 8,9).

O governo FHC divulgou e propagandeou que fez a maior Reforma Agrária da história do Brasil, que não corresponde com a realidade. O governo FHC foi sistematicamente minando os assentamentos e criminalizando os movimentos sociais. Além do mais, 90% das famílias assentadas se deu por causa das pressões dos movimentos sociais e pelas ocupações do MST. FHC nunca implantou um projeto de Reforma Agrária. Para fazer propaganda, o Ministério de Desenvolvimento Agrário “duplicou” os números de assentamentos em governos anteriores, causando uma tremenda confusão, tanto que, em 2003, nem mesmo o INCRA conseguia afirmar com clareza, quantos assentamentos haviam sido implantados de fato no governo FHC.(FERNANDES, 2003, p. 35)

3.2.3 A reforma agrária no governo Lula: a grande esperança

Após concorrer à presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva vence as eleições em 2002 e em primeiro de janeiro de 2003, assume como Presidente da República. O Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em 1980 e seu líder, Lula, tinham como objetivo e promessa de governo realizar a reforma agrária com a finalidade de acabar com a concentração de terra e promover o desenvolvimento agrário e econômico. Porém, desde a primeira vez que Lula concorreu à Presidência da República em 1989, passando por quatro disputas eleitorais até sua eleição, os fatores e conjunturas políticas e econômicas tanto no âmbito nacional quanto internacional sofreram diversas transformações significativas. (FERNANDES, 2003, p. 35).

Pode-se observar, que em 2002, quando Lula vence as eleições através de alianças com partidos de esquerda, centro-esquerda e de direita (vice de Lula na eleição de 2002 era José de Alencar do Partido Liberal), a relação do PT sobre a reforma agrária vai se transformando de maneira significativa desde a primeira eleição em 1989. Na campanha de 2002, Lula adota um discurso muito diferente de suas outras eleições. Seus ataques aos membros ruralistas e defesos de um “socialismo democrático” dão lugar ao lema “Lulinha paz e amor”. Deixando o “radicalismo” e o enfrentamento com as injustiças capitalistas e passa a ter um diálogo muito mais flexível, inclusive com os setores que antes tanto criticava, como os ruralistas, por exemplo. Como já dito logo acima, o governo Lula mudou suas propostas sobre a reforma agrária ao longo de suas

eleições. Em 2002, a proposta de governo no Programa Agrário de Campanha, o PT “passa a considerar a reforma agrária como uma política de desenvolvimento rural, baseada na desapropriação de terras improdutivas” (ENGELMANN, 2012, p. 8).

Ao compararmos os planos para o setor agrário, de 1989 a 2002, percebem-se muitas mudanças. Muito provavelmente resultado das aproximações com partidos de direita, mudança no discurso, deixando-o menos “socialista” e “revolucionário”. Egelmann, (2012, p. 12) mostra que:

Ao compararmos os dois Programas Agrários do PT também é possível perceber algumas diferenças estruturais. Enquanto em 1989, o objetivo central era enfrentar a concentração fundiária no país, a partir da desapropriação de latifúndios e uma política estrutural de desenvolvimento capitalista para o campo e a indústria; passados treze anos, em 2002, a reforma agrária e rebaixada a um plano de desenvolvimento rural de combate à pobreza, mediante a desapropriação de latifúndios improdutivos ou áreas ilegais (griladas ou com trabalho escravo). Nesse cenário, a proposta de reforma agrária do PT substitui a democratização fundiária, de enfrentamento ao latifúndio, por um programa de criação de assentamentos, restritos a áreas improdutivas ou ilegais e a reestruturação de assentamentos antigos.

Ainda sobre as mudanças ocorridas na questão agrária na plataforma política do PT entre os anos de 1989 e 2002 pode-se destacar: “não inclusão do número de famílias que poderão se assentadas até 2006; não mencionar a estrutura fundiária concentrada e abolir a crítica ao sistema latifundista”. (FERNANDES, 2003, p. 38).

Essas mudanças mostram, que o “combate” à concentração de terra, não seria resolvida enfrentando o problema dessas causas, o capitalismo, mas sim, tentando no máximo, diminuir os efeitos dessas diferenças através da própria economia de mercado e práticas capitalistas.

Essas mudanças apesar de ser bem significativo o aumento do diálogo do governo com o movimento ruralista, não quer dizer que o movimento ruralista (contrários à reforma agrária e com apoio da mídia) aceitaram de forma pacífica e cordial à necessidade de reforma agrária.

Com forte apoio da mídia, os ruralistas mobilizaram-se contra a política agrária do governo Lula e conseguiram anular a primeira desapropriação executada no município de São Gabriel, no Estado do Rio Grande do Sul. Também se organizaram em todo o país realizando marchas a cavalo ou carreatas, cercando acampamentos de famílias sem-terra e obstruindo estradas com gado. Com a intensificação da reação dos ruralistas, aumentou o número de trabalhadores sem-terra mortos por pistoleiros. (FERNANDES, 2003, p. 38).

Como já foi dito antes, percebemos significativas mudanças sobre os planos agrários do PT ao longo das eleições. Porém, não quer dizer que o governo Lula adotou

a mesma prática que o governo FHC de não ouvir e criminalizar os movimentos sociais, aliás, de início o governo Lula tratou a questão agrária a fim de resolvê-la, com implementação da reforma agrária, que posteriormente enfrentou resistência dentro do próprio PT. Conforme Fernandes (2003, p. 38):

Durante os primeiros meses de 2003, o INCRA tratou os conflitos fundiários como problema a ser resolvido com a implementação de uma política de reforma agrária. Desse modo, procurou solucionar os conflitos por meio do diálogo e da busca de soluções, procurando romper com as medidas repressivas criadas pelo governo FHC. Essa postura política foi derradeira para a equipe de Marcelo Resende. O alto escalão do PT pressionou Lula para que o presidente do INCRA fosse substituído.

Em setembro de 2003 o governo demitiu o presidente do INCRA e toda a sua equipe, nomeando um integrante do próprio PT. Assim, demonstrando, tanto aos sem-terra, quanto aos ruralistas, seu interesse em manter o controle político sobre as questões agrárias. (FERNANDES, 2003, p. 38).

Tabela 1

Brasil. Ocupações de terras 1985 – 2006

GOVERNO	OCUPAÇÕES	%	FAMÍLIAS	%
SARNEY (1985-1989)	229	3	34.333	3
COLLOR/ITAMAR (1990-1994)	507	7	82.600	8
FHC (1995-1998)	1.987	28	301.908	29
FHC (1999-2002)	1.991	28	290.578	28
LULA (2003-2006)	2.387	34	343.958	33
TOTAL	7.101	100	1.053.377	100

FONTE: extraído e adaptado de FERNANDES (2011, p.79).

Tabela 2

Brasil. Reforma Agrária 1985 – 2006

GOVERNO	ASSENTAMENTOS	%	FAMÍLIAS	%	HECTARES	%
Sarney (1985-1989)	800	11	122.598	16	8.248.899	17
Collor/Itamar (1990-1994)	461	7	61.825	8	4.485.953	9
FHC (1995-1998)	2.211	31	240.819	31	10.706.365	22
FHC (1999-2002)	1.1712	24	149.140	19	7.296.429	15
Lula (2003-2006)	1.879	27	192.257	25	17.092.624	36
Total	7.063	100	766.639	100	47.830.270	100

FONTE: extraído e adaptado de FERNANDES (2011, p.79).

A eleição de Lula e do PT, representava uma grande esperança para os mais pobres que buscavam melhores condições de vida, de trabalho e dos que viam em Lula um Brasil com menos desigualdade social. O governo Lula que sempre teve como bandeira a Reforma Agrária preferiu atender aos interesses do agronegócio (gerando divisas ao país para manter uma balança comercial favorável na produção de *commodities*) ao atender as necessidades daqueles que durante muito tempo depositou esperança nas suas promessas.

A opção política de Lula de não fazer a reforma agrária por meio de desapropriação, e sim, por meio da regularização fundiária gerou um problema para os movimentos camponeses que mais atuam nas ocupações de terra – no caso, para o MST, responsável por 63 por cento das famílias em ocupações no período de 2000 e 2007. Neste período, 583 mil famílias ocuparam terras no Brasil. Destas, 373 mil estavam organizadas no MST. (FERNADES, 2003, p.81).

Muitas famílias que perderam a esperança em ver acontecer uma reforma agrária, desistiram de esperar e abandonaram os acampamentos diminuindo a pressão ao governo. Muitas famílias recebiam uma quantia em dinheiro pelo Bolsa Família, como afirma Fernandes (2003, p. 81) “um auxílio financeiro irrisório”. Assim os movimentos de luta pela terra perderam forças.

4. POLÍTICAS AGRÁRIAS E O MST EM SANTA CATARINA

A partir da década de 1930, em Santa Catarina, já ocorria algumas reivindicações em relação à Reforma Agrária. Nesse período as políticas públicas estavam voltadas à “[...] modernização e industrialização da agricultura catarinense” conforme Campigoto (2006, p. 33).

O projeto de modernização da agricultura era organizado no sentido de encontrar e implementar soluções técnicas para o desenvolvimento econômico e social da agricultura. As propostas baseavam-se na concessão de crédito rural, na implementação do cooperativismo e na educação para o aumento da produtividade agrícola.

Essa política agrícola de modernização da agricultura tinha também o objetivo de evitar o êxodo rural, atraindo pequenos agricultores. Essas propostas faziam parte do plano de metas do governo do estado. Na década de 1960, o governador Celso Ramos foi eleito com uma promessa de campanha de modernizar a agricultura catarinense,

seguindo o modelo nacional que estava sendo adotado na época. Em 1975, com o objetivo de diagnosticar e propor medidas com a finalidade de sanar os problemas do campo catarinense foi criado a Comissão Estadual de Política Agrícola – CEPA. (CAMPIGOTO, 2006, p. 34).

Em 1962, foi criado o Banco de Desenvolvimento Estadual, que visava a concessão de crédito rural com o objetivo de desenvolver a agricultura, tinha-se a noção de que, se os agricultores de pequeno porte tivessem condições e dinheiro, logo eles movimentariam a economia. Pouco tempo depois foi implantado o programa “adubo e calcário”. O Banco de Desenvolvimento Estadual financiava com crédito subsidiado, porém, entre os anos de 1975 e 1981, a concessão de crédito diminuiu em cerca de 65%, e em 1983 já não existiam mais (CAMPIGOTO, 2006, p. 36).

Ainda sobre os créditos subsidiados Campigoto (2006, p. 36) afirma:

Podemos dizer que os sistemas de crédito rural teve um papel importante na modernização da agricultura catarinense, já que potencializou os setores agrícolas ligados à agroindústria, tais como a produção de soja e milho, a suinocultura e a avicultura. Gerou, porém, endividamento dos pequenos produtores, tornando as pequenas propriedades não integradas menos competitivas, especificamente, nestes setores acima citados, enquanto o grosso dos investimentos e incentivos governamentais era direcionada às empresas rurais.

Pode-se observar sobre os créditos subsidiados embora gerasse algum desenvolvimento, também houve prejuízos e endividamentos, justamente com os pequenos agricultores, que não conseguiram competir de igual com os maiores ligados ao agronegócio.

Depois de observarmos um pouco como a política efetuada pelo Estado de Santa Catarina favoreceu o agronegócio e endividou os pequenos agricultores, podemos observar que é a partir de 1980 que as primeiras mobilizações mais intensas começam a ganhar força, principalmente no Oeste de Santa Catarina com a ocupação de uma fazenda chamada Burro Branco. A ocupação dessa fazenda localizada no município de Campo Êre, foi uma grande conquista para a causa do MST em Santa Catarina, tornando-se referência para as demais organizações que lutam pela terra.

Em maio de 1980, trabalhadores rurais sem terra da região de campo Êre haviam sido informados por técnicos do Inca de que uma fazenda da região seria desapropriada. Ficaram aguardando o decreto de desapropriação e, assim que ele saiu cinco trabalhadores de uma mesma família ocupou por engano uma área de um latifúndio chamado de Fazenda Burro Branco. Souberam duas semanas depois, mas decidiram permanecer, já que a fazenda se tratava de um latifúndio improdutivo. Tiveram de enfrentar os jagunços da Fazenda, a polícia

e o Exército, mas acabaram atraindo cerca de 350 famílias de toda a região. (MORISSAWA, 2001 p.129 apud PASSOLD E VARGAS, 2011, p. 8).

Cerca de dois meses depois da ocupação, os proprietários entraram na justiça reivindicando a reintegração de posse, ou seja, pediam na justiça que os sem terras fossem retirados, se necessário, à força. Os trabalhadores receberam muito apoio de pessoas que mantinham relações com movimentos populares, sindicatos, universidades e outras entidades que sensibilizadas não hesitaram em ajudar.

A ordem de reintegração de posse foi expedida, criando muita expectativa, porém, posteriormente, a ordem de reintegração de posse foi suspensa, e em poucos meses o INCRA comunicou que a Fazenda Burro Branco tinha sido desapropriada e todos os ocupantes foram assentados. A desapropriação da Fazenda Burro Branco foi um marco para o MST em Santa Catarina, uma vitória importantíssima para quem luta pela terra (CAMPIGOTO, 2006, p.48).

Como descreve Campigoto (2006, p.48) as lideranças do movimento:

No entanto, começaram a projetar uma ação política mais unificada em termos de Estado e Região. Planejaram uma série desencontros, tentando evitar movimentações espontâneas, ou seja, ocupações isoladas, desarticuladas entre si e sem a orientação de uma coordenação central.

Nesse contexto observa-se que os trabalhadores perceberam que a organização era o principal meio para obter sucesso à conquista da terra. Campigoto (2006, p. 49) ainda explica que:

O primeiro encontro dos Sem-terra dos Estados Sulinos ocorreu no mês de janeiro de 1983. Foram definidas as linhas de ação do movimento e a ocupação de terras foi escolhida como a principal forma de pressionar as autoridades governamentais para efetivarem a Reforma Agrária. Logo depois constituiu-se a Comissão Regional dos Trabalhadores Rurais Sem-terra. Em seguida as comissões municipais foram organizadas. (CAMPIGOTO, 2006, p. 49).

Sendo assim, o MST, passou a se organizar melhor, tendo ações definidas e coordenadas, fazendo com que o movimento ganhasse força pelo estado catarinense.

O MST alastrava-se pelo Estado e uma proposta de ação unificada exigia que as lideranças se deslocassem para muito mais lugares, a fim de reunir outros agricultores, apresentar-lhes um projeto de atuação, organizar grupos de apoio e células do movimento capazes de funcionar por si mesmas, sob a coordenação das comissões centrais. (CAMPIGOTO, 2006, p. 49).

Uma entidade que foi de grande ajuda na luta por direitos, organização do movimento, negociações junto ao INCRA, foi a CPT – Comissão Pastoral da Terra,

entidade ligada à Igreja Católica, que por sinal acreditava que os trabalhadores tinham direito a conquista da terra.

Tabela 3: Número de famílias assentadas pelo programa de Reforma Agrária – 2003 a 2008

Unidade federada	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Total
Paraná	317	2.720	1.937	921	879	660	7.434
Santa Catarina	322	389	402	280	222	257	1.872
Rio Grande do Sul	399	529	648	858	616	885	3.935
Total	1.038	3.638	2.638	2.987	1.717	1.802	13.241

Fonte: extraído e adaptado de BERRI e VARGAS (2011, p.17).

No quadro acima, podemos observar os números sobre os assentamentos na região Sul do Brasil. O Paraná é o Estado com maior número de famílias assentadas (números respectivos até o ano de 2008). Seguida do Rio Grande do Sul e por último, Santa Catarina.

Conforme Berri (2011, p. 17) Os estados do sul do país:

[...] totalizaram 13.241 famílias assentadas entre 2003 d 2008, sendo que a participação de Santa Catarina neste total é de 14,12%, o estado do Paraná são 56,14% e o estado do Rio Grande do Sul é de 29,72%. Pode-se perceber desta forma que o estado de Santa Catarina tem a menor participação de famílias assentadas com relação aos estados do sul do país.

Abelardo Luz é o município catarinense mais beneficiado com os assentamentos referentes à reforma agrária, correspondendo a 26,1% do total do estado, com 2.324 famílias assentadas. Seguido de Calmon com 571 famílias assentadas, o que corresponde a 6,4% dos beneficiários do Estado de Santa Catarina. O único município pertencente à região do Alto Vale do Itajaí a ser mais beneficiado com os assentamentos é Santa Terezinha, com um total de 192 famílias assentadas (BERRI, 2011, p. 22).

4.1 O MST NO ALTO VALE DO ITAJAÍ: O ASSENTAMENTO EM TAIÓ E O ACAMPAMENTO EM RIO DO CAMPO

Em 18 de janeiro de 2008, o então Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, declarou como área de interesse social, através do uso de suas atribuições, que lhe

conferimos “arts. 84, inciso IV, e 184 da Constituição, e nos termos dos arts. 2º da Lei Complementar n.º 76, de 6 de julho de 1993, 18 e 20 da Lei n.º 4. 504, de 30 de novembro de 1964, e 2º da Lei n.º 8.629, de 25 de fevereiro de 1993” (PASSOLD E VARGAS, 2011, p. 10), a fazenda “Mato Queimado” localizada no município de Taió.

A fazenda Mato Queimado, localizada na localidade de Alto Ribeirão da Vargem, tem como “área registrada novecentos e trinta e cinco hectares e cinquenta ares, e área medida de novecentos e trinta e cinco, sete ares, e quarenta centiares (PASSOLD E VARGAS, 2011, p. 10)”.

Houve duas tentativas de ocupação da fazenda Mato Queimado, a primeira em janeiro de 2008, onde os trabalhadores não obtiveram êxito na ocupação, mesmo com presença do INCRA e o decreto do governo os proprietários impediram a ocupação por parte dos trabalhadores. A segunda tentativa de ocupação foi em maio de 2009. Porém, novamente, os trabalhadores do MST de novo não obtiveram êxito em ocupar a fazenda. “No dia 29 de maio de 2009, pessoas da empresa derrubaram pontes e circularam com carros pelas estradas da região para vigiar a entrada e saída de ônibus, dificultando o acesso do e das famílias à fazenda”(IELA, 2010 apud PASSOLD e VARGAS, 2011, p.11).

A situação sobre ocupação de uma fazenda em Taió pelo MST gerou na sociedade daquela cidade uma situação de conflito e repercussão desse fato. Em 07 de fevereiro de 2007, a prefeitura municipal de Taió e a ACIAT (Associação Comercial Industrial e Agrícola) reuniram cerca de duas mil pessoas em frente ao Fórum do município, onde acontecia uma audiência, a fim de resolver com o Juiz Agrário a questão da ocupação. Havia representantes dos MST e os proprietários da fazenda em questão. Uma parte do comércio da cidade fechou as portas em apoio aos proprietários. Os proprietários foram aplaudidos, enquanto os representantes do MST foram vaiados. (O JORNAL BARRIGA VERDE, 2008, apud PASSOLD e VARGAS, 2011, p.11).

Em junho de 2009, o INCRA emitiu posse da Fazenda Mato Queimado, assim dando sequência a criação do Projeto de Assentamento (PA), beneficiando as famílias assentadas, dando início ao PDA, Plano de Desenvolvimento do Assentamento, estudo que “define a quantidade exata de famílias assentadas, assim como as melhores opções de produções (PASSOLD e VARGAS, 2011, p.12)”.

Os trabalhadores assentados no assentamento Miguel Fortes da Silva, são de origem de várias regiões, a grande maioria, vem do Oeste do Estado de Santa Catarina. As condições de moradia dos assentados nos primeiros meses eram péssimas, as

famílias se agrupavam em barracos feitos de lona, em alguns casos a lona plástica teve de ser comprada pelos próprios trabalhadores, e esses ainda se encontravam sem água e luz elétrica. Somente a partir do terceiro mês, os trabalhadores começaram a construir algumas casas de madeira, porém, muitas famílias continuaram em barracos de lonas plásticas. No ano de 2011, encontravam-se no assentamento quarenta e três famílias, somando 164 pessoas. Desse total, 53 eram crianças. O assentamento oferecia uma escola com dois professores para o ensino fundamental, séries iniciais, com 21 estudantes, e outros 32 estudantes se deslocavam para fora do assentamento para estudarem. (PASSOLD E VARGAS, 2011, p.13).

Sobre a questão da educação para com os assentados, Fritze (2017, p.9) afirma que:

Bem próximo ao ESF, está localizada uma escola estadual de ensino médio, que atende as crianças do assentamento e que dispõe de transporte escolar diariamente, garantido a frequência escolar que além do ensino garante a permanência no programa Bolsa Família. [...] Há no município a oferta de educação para Jovens e Adultos (EJA), no entanto, não é possível que os interessados utilizem o mesmo transporte escolar disponível para as crianças e adolescentes, assim não há pessoas do assentamento nessa modalidade (SAS, TAIÓ apud FRITZE, 2017, p.9,10).

Sobre as questões econômicas, podemos observar que as famílias produzem uma agricultura de subsistência, voltada ao consumo próprio e em alguns casos algumas pequenas vendas ou trocas em forma de “escambo” com outras famílias. Para complementar a renda, os trabalhadores acabam por trabalharem “por dia” nas propriedades vizinhas tornando muito difícil uma emancipação financeira. (FRITZE, 2017, p.10).

Logo após as famílias serem assentadas, a Secretaria de Assistência Social de Taió, fez o cadastro para que as famílias participassem de programas de distribuição de renda, como o Bolsa Família, onde as famílias recebiam em 2017, cerca de R\$120,00 por família. O INCRA incluiu as famílias no Programa Minha Casa Minha Vida – faixa 1, do governo federal. Em 2016 foram entregues as primeiras oito casas, feitas de alvenaria. A energia elétrica chegou ao assentamento apenas nos anos de 2014 e 2015.(FRITZE, 2017, p.9).

Ao analisar as questões do assentamento Miguel Fortes da Silva, Fritze (2017, p.11) expõe:

[...] tudo que é oferecido àquelas famílias, chega como migalhas jogadas com o mínimo de interesse. Ao caminhar pelo assentamento e conversar com aqueles trabalhadores, percebe-se claramente o quão acachapante é a falta de atenção do Estado para com a comunidade.

Podemos observar que a prefeitura municipal faz o possível para atender e dar o mínimo de dignidade aos trabalhadores do assentamento. Porém, percebemos que as medidas para com eles, são medidas paliativas, afim de resolver o problema de maneira em curto prazo e de forma temporária.

4.1.1. O Acampamento Marielle Franco em Rio do Campo

O município de Rio do Campo possui uma população de 6. 192 pessoas, a economia gira em base da agricultura com destaque à plantação de tabaco. O IDH do município é de 0,729, sendo o IDH nacional de 0,699 de acordo com o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Em 18 de março de 2018, um grupo de trabalhadores do MST ocupou uma área pertencente a uma empresa privada, com sede no município de Salete, município vizinho de Rio do Campo. A área ocupada que estava sendo utilizada na plantação de “pinus” durante muitos anos, tem cerca de 80 hectares e pertence à empresa RohdenSA, a empresa tinha essa área como garantia de pagamento às dívidas trabalhistas e segundo informações do jornal Diário do Alto Vale (2018) “não poderia ser avaliada pelo Inca para a finalidade de reforma agrária”. Os advogados da empresa entraram na justiça para que fosse decretado a reintegração de posse.

A Rádio Educadora FM (2018), em seu site afirma que a ocupação se deu de maneira pacífica sem confronto “apesar da revolta dos moradores daquela região”.

Chegaram à região 27 famílias e ocuparam a propriedade. Antes, essas famílias estavam acampadas em assentamentos de outros municípios, Doutor Pedrinho, Florianópolis e Itaiópolis. As condições do espaço onde as famílias se instalaram são de péssimas condições, não contava com água potável e nem energia elétrica. (Jornal Diário do Vale 2018).

Em 26 de abril de 2018, houve uma audiência no Fórum do município de Rio do Campo, com o objetivo de resolver a questão. Representantes do MST assim como os advogados do proprietário das terras falaram e foram ouvidos sobre suas reivindicações e entraram em um acordo. Com a aprovação tanto dos trabalhadores do MST quanto do proprietário concordaram que o MST poderá ficar nas terras da empresa, porém, utilizando apenas quatro hectares. Outro fator acordado é que os trabalhadores não poderão erguer estruturas permanentes, embora possam utilizar o espaço (quatro

hectares) até a data de 31 de janeiro de 2020. O proprietário da empresa até reconheceu que “Esse pessoal tem um certo direito de buscar suas reivindicações (...) o acordo foi comemorado por ambos os lados.” (TRIBUNA DO ALTO VALE, 2018).

Após o acordo, o juiz também determinou que a prefeitura reconhecesse os trabalhadores como moradores do município de Rio do Campo passando a ter os mesmos direitos que os demais cidadãos a partir daquela data. A prefeitura do município afirmou que já estava reconhecendo os direitos dos trabalhadores antes mesmo do acordo judicial, fornecendo todo o amparo social, bem como na área da saúde e educação. A prefeitura também fez o cadastramento das famílias para programas de distribuição de renda, o Bolsa Família, e afirmou que seria feita uma parceria com a Epagri e a Secretaria de Agricultura do município para capacitação dos trabalhadores, já que estes tinham interesses em cultivar hortaliças orgânicas, para serem vendidas à prefeitura e usadas na merenda escolar do município (TRIBUNA DO VALE, 2018).

Após um ano muita coisa mudou no acampamento Marielle Franco (nome do acampamento em homenagem à vereadora do Rio de Janeiro que foi assassinada). Das 31 famílias que chegaram ao local, somente 12 ainda continuam acampadas.

A intenção de produzir hortaliças orgânicas não vingou, pois, os trabalhadores não conseguiram o “bloco de notas” junto ao INCRA, documento fundamental para a comercialização dos produtos. Dessa maneira, as atividades agrícolas dos trabalhadores apenas são uma agricultura de subsistência. Para complementar a renda, a grande maioria dos trabalhadores, prestam serviços às propriedades vizinhas trabalhando “por dia”. (TRIBUNA DO VALE, 2018).

No final de 2017, o autor desse trabalho teve a oportunidade de conhecer o acampamento Marielle Franco. Os trabalhadores do MST muito gentis convidaram para mostrar a “casa” onde viviam. Um barraco feito de lona, muito precário, mas muito organizado. Dentro da casa, muito pequena, havia uma “lareira” feita com um tambor de ferro. A localidade de Serra do Mirador em Rio do Campo é um lugar muito frio no inverno. Quando questionado sobre o perigo de fazer fogo em um tambor em uma casa feita de lona plástica, o trabalhador disse que “tomava muito cuidado”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já foi afirmado no início desse trabalho, a Reforma Agrária é fundamental para o desenvolvimento econômico, social e político do país. O Brasil é o quinto maior país do mundo então por qual motivo existem sem-terra?

Durante esse artigo, podemos observar o quanto o Estado brasileiro desde a sua colonização cedeu terras aos poderosos enquanto as camadas mais desprovidas eram severamente exploradas. Seja desde o período colonial com as Capitânicas Hereditárias, ou com a vinda de imigrantes europeus para trabalharem no lugar dos escravos recém-libertos, o Estado nunca se propôs a resolver ou tocar na questão da exploração ou sobre as desigualdades sociais que há séculos assolam nosso país.

O trabalho tentou mostrar o contexto de latifúndio existente no Brasil há séculos, e a luta dos trabalhadores para a conquista do direito à terra a partir da organização das Ligas Camponesas e da fundação do MST. O artigo propôs um olhar sobre a questão agrária no Regime Militar e nos governos democráticos que prometiam com total veemência fazer de uma vez por todas a Reforma Agrária. É sabido que reforma agrária é um assunto muito complexo, porém, geralmente é tratado com muito preconceito colocando a luta dos trabalhadores de forma muito pejorativa.

Mesmo após a eleição de Lula, durante os governos petistas, que sempre tiveram uma forte ligação com os trabalhadores e com os movimentos sociais, percebemos que embora conquistas foram atingidas, a tão sonhada Reforma Agrária não foi feita. Mesmo quando assentados, os trabalhadores são largados a própria sorte e não conseguem fazer sua terra produzir, em contraste com os muitos subsídios dados ao agronegócio. A sociedade vê a luta pela terra com grande preconceito e ignorância.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto. **A Política de Assentamentos Rurais do Governo FHC e os Desafios da Reforma Agrária no Brasil do Século XXI**. Disponível: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/5278570/brasil-do-ensaio-ao-golpe-1954-1964/1>> acesso em: 19 de abril de 2019.

BERRY, Denise Matthes. VARGAS, Tatiane AP. **Reforma Agrária no Brasil: As Ações no Estado de Santa Catarina**. Unidavi-Universidade para o desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, 2011. Disponível em: 18 de outubro de 2018. <http://www.apec.unesc.net/VI_EEC/sessoes_tematicas/Tema7-Economia%20Social%20e%20Politic%20Publicas/Artigo-17-Autoria.pdf> Acesso em: 18 de out. 2018.

CALDART, Roseli Salete. **O MST e a Formação dos Sem Terra: O Movimento Social como Princípio Ativo** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300016&script=sci_arttext> Acesso em: 27 de março de 2019.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia.** Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/1670/167013403006.pdf>> acesso em: 04 de maio de 2019.

DIÁRIO DO ALTO VALE. Disponível em: <<https://www.diarioav.com.br/mst-quer-assentamento-no-alto-vale/>> Acesso em 28 de abril de 2019.

ENGELMANN, Solange I. **A Questão Agrária no Brasil: A política Agrária do Governo Lula e a Relação com o MST.** Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt4/a_questao_agraria.pdf> acesso em: 19 de março de 2019.

FERNADES, Bernardo Mançano. **Brasil: 500 Anos de Luta Pela Terra.** Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/outras-publicacoes/brasil_500_anos_de_luta_pela_terra_.pdf> acesso em: 04 de maio de 2019.

FERNADES, Bernardo Mançano. **O MST e as Reformas Agrárias do Brasil.** Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Andre-Fritze.pdf>> acesso em: 27 de março de 2019.

FERNADES, Bernardo Mançano. **O MST e os Desafios Para a realização da reforma Agrária no Governo Lula.** Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20110221042312/3d1fernandes.pdf>> acesso em: 19 de março de 2019.

FRITZE, André. **A reforma Agrária Brasileira no Início do Século XXI O Caso do Assentamento Miguel Fortes da Silva, Município de Taió, Santa Catarina.** Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Andre-Fritze.pdf>> acesso em: 18 de outubro de 2018.

GASPARI, Hélio. **A ditadura acabada.** Rio de Janeiro. Intrínseca, 2016.

HOUTZAFER, Peter P. **Os últimos cidadãos: conflitos e modernização no Brasil rural (1964 – 1995)** São Paulo: Globo, 2004.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/>> acesso em 01 de maio de 2019.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município representativo do Brasil.** Editora: Nova Fronteira, 1997.

MELO, Cristiane Dias de. **Regularizações fundiárias e Reforma Agrária na Faixa de Fronteira de Santa Catarina em tempos de Regime Militar**. 2011 Dissertação de mestrado, História Social do Trabalho, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300479818_ARQUIVO_texto_anpuh-CristianeDiasdeMelo.pdf> Acesso em: 18 de out. 2018.

MELO, Cristiane Dias de. **Terra e trabalho = concepções de direito à terra e reforma agrária na Faixa de Fronteira de Santa Catarina (1968-1985)**. 2012. Dissertação de mestrado Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281788>> Acesso em: 18 de outubro de 2018.

MELO, Thiago da Silva. **A Necessidade da Reforma Agrária na Região do Contestado Catarinense**. Disponível em : <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4710>> acesso em 19 de março de 2019.

Mestrado, História Social do Trabalho, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300479818_ARQUIVO_texto_anpuh-CristianeDiasdeMelo.pdf> Acesso em: 18 de out. 2018.

MOREIRA, Cassio Silva. **O Projeto de Nação do Governo João Goulart: o Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964)**. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/2686/1/FPF_PTPF_17_0038.pdf> acesso em: 04 de maio de 2019.

PASSOLD, Adriana. VARGAS, Tatiane Aparecida da Veiga. **Contexto Agrário em Santa Catarina: O Caso do Assentamento Miguel Fortes da Silva**. Disponível em : <<https://docplayer.com.br/17853403-Contexto-agrario-em-santa-catarina-o-caso-do-assentamento-miguel-fortes-da-silva-taio.html>> acesso em: 27 de março de 2019.

RÁDIO EDUCADORA. Disponível em: <<http://www.educadora.am.br/noticia/mst-se-compromete-desocupar-area-em-rio-do-campo-em-2020/>> acesso em 28 de abril de 2019.

RÁDIO EDUCADORA. Disponível em: <<http://www.educadora.am.br/noticia/fazenda-ocupada-pelo-mst-em-rio-do-campo-foi-leilao-e-esta-avaliada-em-mais-de-r-1-milhao/>> acesso em: 30 de abril de 2019.

RAMOS, Marcia Mara. **Educação, trabalho e infância: contradições, limites e possibilidades no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra**. 2016. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP.

Disponível em:<<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/305322>> Acesso em: 18 de out. 2018.

TOLEDO, Caio de Navarro. **Brasil: Do Ensaio ao Golpe.** Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/5278570/brasil-do-ensaio-ao-golpe-1954-1964/1>> acesso em: 18 de outubro de 2018.

TRIBUNA DO VALE. Disponível em: <<http://www.jatv.com.br/noticias/riodocampo/posicionamento-do-incra-sc-sobre-a-mat%C3%A9ria-grupo-do-mst-permanece-em-rio-do-campo-1.2132001>> acesso em: 29 de abril de 2019.

TRIBUNA DO VALE. Disponível em: <<http://www.jatv.com.br/noticias/riodocampo/em-audi%C3%Aancia-acordo-autoriza-mst-at%C3%A9-2020-em-rio-do-campo-1.2064423>> acesso em: 30 de abril de 2019.